

A PROJEÇÃO DO SERTÃO BRASILEIRO: O PAPEL DO ESTADO DE GOIÁS COMO PROMULGADOR DA MODERNIDADE NO BRASIL

THE PROJECTION OF THE BRAZILIAN SERTÃO: THE ROLE OF THE STATE OF GOIÁS AS THE PROMISER OF MODERNITY IN BRAZIL

Marco Túlio Martins

Universidade Estadual de Goiás, Geografia – Campus Itapuranga – GO
marcogeografia2008@yahoo.com.br

Rodrigo Guimarães

Universidade Estadual de Goiás, Geografia – Campus Itapuranga – GO
rodrigoguimarãesgeografia@gmail.com

RESUMO: Este artigo tem como pressuposto enfatizar o período histórico-geográfico do Brasil desde a colônia portuguesa até a formação territorial do Estado brasileiro. As políticas territoriais foram organizadas e criadas neste período para construir uma ligação do território denominado de sertão onde a condição do humano não está inserida no contexto da modernidade técnica. O estado de Goiás se insere como um território na condição de sertão visto que, no decorrer do processo histórico do início do Estado brasileiro, a região onde esse estado se encontra não experimentou o mesmo desenvolvimento técnico que as regiões litorâneas. Assim, cabe a este artigo trazer uma contribuição inicial da forma como o estado de Goiás, na região Centro-Oeste do Brasil, foi colocado historicamente como uma área condicionada a sertão e quais os projetos territoriais foram direcionados via Estado para esta área, na perspectiva de “retirar” esta área de tal condição de atraso. O sertão não é considerado um lugar com delimitações espaciais “rígidas”, mas espaços que não apresentam o mesmo nível de desenvolvimento técnico e não estão inseridos diretamente nas dinâmicas do alto capital. São áreas de reserva para a exploração capitalista que podem ser denominadas de fundos territoriais. A hipótese deste trabalho é que o Instituto Histórico e Geográfico de Goiás criado na Era Vargas contribuiu diretamente para a “retirada” do estado de Goiás da condição denominada de sertão.

Palavras-chave: Goiás, Modernização, Sertão.

Abstract: This article has as presupposition to emphasize the historical-geographical period of Brazil from the Portuguese colony to the territorial formation of the Brazilian State. Territorial policies were organized and created in this period to build a connection of the territory called the sertao where the condition of the human is not inserted in the context of technical modernity. The state of Goiás is inserted as a territory in the sertao state, in the course of the historical process of the beginning of the Brazilian State, the region where this state is located did not experience the same technical development as the coastal regions. Thus, it is up to this article to bring an initial contribution of the way the state of Goiás, in the Center-West region of Brazil, was historically placed as an area conditioned to the sertão and which territorial projects were directed via State to this area, from the perspective to "remove" this area from such a delay condition. The sertão is not considered a place with "rigid" spatial delimitations, but spaces that do not present the same level of technical development and are not inserted directly in the dynamics of the high capital. They are reserve areas for capitalist exploitation that can be termed territorial funds. The hypothesis of this work is that the Historical and Geographical Institute of Goiás created in the Vargas Era contributed directly to the

Building the way

"withdrawal" of the state of Goiás from the so-called sertão.

Keywords: Goiás, Modernization, Sertão.

Introdução

Esta pesquisa teve como direcionamento principal trabalhar com o processo de modernização do território brasileiro, mais especialmente sobre suas manifestações sobre o interior, levando em consideração o processo de formação territorial do Brasil. O foco teve limites espaciais delimitados, neste caso o estado de Goiás e sua inserção no processo de modernização territorial.

Tem-se como pressuposto que os projetos de modernização para o território estão envoltos em ideias que precisam ser resgatadas em seu devido tempo e em seu devido lugar se se quer de fato compreender a organização de qualquer recorte espacial. Assim, tendo em vista a necessidade de compreender o processo de ocupação do interior brasileiro, há de se levantar e analisar o sentido que foi sendo dado às áreas conquistadas a oeste e as projeções que para elas foram sendo elaboradas ao longo do processo histórico.

A presente pesquisa justifica-se mediante a necessidade de compreender os projetos de modernização para o interior brasileiro. Mais especificamente cabe compreender como o interior do território, tendo como foco o estado de Goiás, vem se amoldando aos interesses do capital hegemônico, comandado a partir do Centro Sul. Resgatar o sentido que o “interior” teve e tem para o território como um todo ajuda a compreender as estratégias e as políticas territoriais adotadas, ou seja, as ações executadas no sentido de enquadrar “homogeneizando” todo o território em função das necessidades do centro de poder econômico e político.

Esta situação de desigualdade de concentração das atividades pressupõe uma análise da dinâmica do restante do território que não se apresenta como um “território usado” para usar uma conceituação de Santos (1995).

Esse imenso “interior” brasileiro não passa ileso de proposições, ideias, ou melhor, representações e projeções. Pode mesmo ser entendido como o grande “sertão”. A área a ser desbravada, a área incógnita, o mundo selvagem, o idílico, as origens do “ser” nacional: um tão vasto campo de possibilidades de entendimento.

Building the way

No entanto, cabe destacar que o interior projetado nos discursos dos intelectuais é sempre constructo. Moraes coloca que o sertão é “um discurso valorativo referente ao espaço, que qualifica os lugares segundo a mentalidade reinante e os interesses vigentes neste processo”. (Moraes, 2009, p.89).

Enfim, o sertão é uma figura do imaginário da conquista territorial, um conceito que ao classificar uma localização opera uma apropriação simbólica do lugar, densa de juízos valorativos que apontam para sua transformação. (...) Tem-se o sertão como um qualificativo de lugares, um termo da geografia colonial que reproduz o olhar apropriador dos impérios em expansão. Na verdade, trata-se de sertões, que qualificam caatingas, cerrados, florestas, campos. Um conceito nada ingênuo, veículo da difusão da modernidade no espaço. (MORAES, 2009, p.97-8).

Nesse sentido, há de se considerar como o interior – entendido em sua diversidade como vários sertões – vem sendo pensado, analisado e ordenado pelas elites dirigentes do país e qual o papel cumprido pela “conquista desse oeste” dentro do processo de formação territorial na valoração e adequação aos moldes do pensamento hegemônico.

É inegável que para o Grande Oeste ou para o sertão volta-se toda a atenção no sentido de encontrar formas de homogeneização e integração com a lógica do todo, impulsionadas a partir dos centros de poder econômico e político. Aqui as políticas territoriais¹ têm papel decisivo. Em geral o caráter modernizante entra com toda a força tanto no sentido material da infraestrutura, ou como queria o professor Milton Santos, dos “fixos”, e também no sentido imaterial, dos “fluxos”, ou das superestruturas. De qualquer forma, há de se construir um discurso que veicule uma determinada idéia de “área” a ser transformada pela modernização técnica, em todas as suas dimensões materiais e ideais. É nesse sentido que o conceito de sertão vai servindo para “qualificar porções que se quer apropriar dos fundos ainda existentes no território nacional em cada época considerada”. (Moraes, 2009, p.91).

Resultados e Discussões

Historicamente, desde o período colonial, a ocupação e a colonização mais intensiva, no Brasil, deram-se sobre o litoral e, ainda hoje, os principais centros produtivos concentram-se na região costeira. Este tem sido um dos temas mais caros aos estudiosos da nação brasileira, desde que começamos a produzir análises sobre o que veio a se constituir como Brasil independente, em 1822. Muito antes de se instalarem as primeiras universidades no país, já se produziam discursos de ordem geográfica que buscavam compreender o espaço

Building the way

brasileiro e seus arranjos, ou a sua formação territorial. Para esta pesquisa, levou-se em consideração os discursos e projetos de ordem geográfica proferidos e efetivados pelo ou a partir do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG).

Deve-se ter em consideração que o conceito de formação territorial transcende o de território em si, uma vez que se trata de um processo de ordem política, econômica e cultural com manifestações materiais concretas e específicas segundo as formações sociais envolvidas. Nesse sentido, território e Estado aparecem amalgamados em sua elaboração histórica. Segundo Moraes (2005, p. 51).

A construção política dessa jurisdição [o Estado territorial] pressupõe um domínio territorial efetivo sobre uma porção da superfície terrestre, a qual se qualifica como base física desse poder, expresso num aparato estatal. Entretanto, a consolidação desse amálgama entre Estado e território ocorre como um processo lento (plurisecular), no qual aquela extensão areolar tem de ser organizada e operada como um espaço político, jurídico, econômico e cultural até resultar numa unidade tomada como evidente: um país. A esse processo, pode-se denominar de formação territorial-estatal, a forma geográfica de analisar a formação de um Estado Moderno. (MORAES, 2005, p.51).

O Brasil, uma das maiores porções territoriais do mundo, apresenta, como todas as demais formações territoriais processos particulares, aproximando-se bastante dos demais países de passado colonial na América. Fenômeno marcante na história territorial do país foi a concentração dos 30 núcleos de ocupação, de difusão e expansão para o interior na costa litorânea. Foi a partir da ocupação desta extensa porção de terras que se deu a formação das capitânicas hereditárias face ao alto custo do processo de colonização em um território tão vasto.

A expansão para o interior foi marcada pela exploração dos recursos naturais que contribuiu significativamente para a constituição, conhecimento e demarcação do território. A descoberta de ouro, em meados do século XVIII, constituiu-se num fator decisivo para o que se apresenta como a formação do atual território do Brasil.

O processo de colonização do país caracterizou-se por uma configuração de ocupação territorial e social muito particular. A concentração das atividades da colônia no litoral e toda a dificuldade de ocupação do interior do território marcaram toda nossa história, repercutindo-se social, política e economicamente até hoje. Para Moraes (2005, p.112), nesse processo é preciso considerar os fundos territoriais, ou seja, as “áreas a serem conquistadas na ótica da colonização” que se configuram como a maior parte do território brasileiro mesmo no

Building the way

atual período globalizante.

Somente no século XX, iniciou-se um processo definitivo no sentido de consolidar o mercado consumidor interno a partir da industrialização e urbanização instalada nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. A acumulação de capital advinda da produção de café e do capital imigrante, a partir de meados do século XIX, gerou uma concentração produtiva (administração, gestão e planejamento) a partir desses centros hegemônicos. Toda uma infraestrutura básica teve de ser construída para efetivar esse processo. Nas chamadas políticas territoriais do Estado Novo em diante foram marcantes as iniciativas no sentido de construir toda a malha viária no sentido longitudinal, assim como a construção de Brasília, já no período JK, indicando uma inversão da ocupação mais litorânea que predominou ao longo da ocupação.

Esta situação de desigualdade de concentração das atividades pressupõe uma análise da dinâmica do restante do território que não se apresenta como um “território usado” para usar uma conceituação de Santos (1995, p.2).

Esse imenso “interior” brasileiro não passa ileso de proposições, ou melhor, representações e projeções. Pode mesmo ser entendido como o grande “sertão”. A área a ser desbravada, a área incógnita, o mundo selvagem, o idílico, as origens do “ser” nacional: um tão vasto campo de possibilidades de entendimento.

No entanto, cabe destacar que o interior projetado nos discursos dos intelectuais não pode ser caracterizado como um espaço materializado que traz consigo condições naturais e sociais específicas do local apreendido, uma vez que sempre constructo. Moraes coloca que o sertão é “um discurso valorativo referente ao espaço, que qualifica os lugares segundo a mentalidade reinante e os interesses vigentes neste processo” (MORAES, 2009, p. 89).

Enfim, o sertão é uma figura do imaginário da conquista territorial, um conceito que ao classificar uma localização opera uma apropriação simbólica do lugar, densa de juízos valorativos que apontam para sua transformação. [...] Tem-se o sertão como um qualificativo de lugares, um termo da geografia colonial que reproduz o olhar apropriador dos impérios em expansão. Na verdade, tratam-se de sertões, que qualificam caatingas, cerrados, florestas, campos. Um conceito nada ingênuo, veículo da difusão da modernidade no espaço (MORAES, 2009, p.97-98).

Nesse sentido, há de se considerar como o interior - entendido em sua diversidade como vários sertões - vêm sendo pensado, analisado e ordenado pelas elites dirigentes do país, ressaltando o papel cumprido pela “conquista desse oeste” dentro do processo de formação territorial, a qual ocorreu nos moldes do pensamento hegemônico.

Building the way

É inegável que para o grande oeste ou para o sertão volta-se toda a atenção no sentido de encontrar formas de homogeneização e integração com a lógica do todo, impulsionadas a partir dos centros de poder econômico e político. Aqui as políticas territoriais têm papel decisivo. Em geral o caráter modernizante entra com toda a força tanto no sentido material da infraestrutura, ou como queria o professor Milton Santos, dos fixos, e também no sentido imaterial, dos fluxos, ou das superestruturas. De qualquer forma, há de se construir um discurso que veicule uma determinada ideia de “área” a ser transformada pela modernização técnica, em todas as suas dimensões materiais e ideais. É nesse sentido que o conceito de sertão vai servindo para “qualificar porções que se quer apropriar dos fundos ainda existentes no território nacional em cada época considerada” (MORAES, 2009, p. 91).

No período de colonização do Brasil a primeira porção territorial ocupada foi a do litoral. As populações que se instalaram em toda a costa leste da colônia portuguesa ocuparam e construíram os primeiros núcleos de povoamento, tais como as primeiras vilas e cidades. Com isso, as zonas litorâneas foram exploradas mais intensamente diferenciando do processo de exploração do interior do território, este caracterizado como o *fundo territorial*, projeto para futuras explorações. Neste sentido, como afirma Moraes (2005 p.112), o “território brasileiro herdado pelo novo Estado (1822) era constituído em sua maior porção de “fundos territoriais”.

Para se fazer a integração das regiões afastadas, denominadas de o grande sertão que até então nenhuma região havia tido condições reais de acesso umas com as outras a longas distâncias, as ferrovias e as rodovias foram instaladas por um projeto no governo de Getúlio Vargas. Criando-se assim o IBGE para facilitar o mapeamento do território brasileiro e demarcar o espaço territorial de cada região e municípios. No governo Vargas (1930-1945) ocorreram vários processos de povoamento do território. Um dos programas criados foi a *marcha para o oeste*, para o crescimento do país criaram-se vários órgãos como o IBGE, IHGGs, para analisar e trabalhar o território. “A ideia de construir o país adquiriu renovada força, bem em programas governamentais como “Marchar para o Oeste” (Morais 2005 p.126)”. O IHGG no estado de Goiás serviu como veículo institucional para Vargas desenvolver os projetos territoriais que visavam a incorporação técnica e a modernização capitalista do território. Um exemplo foi que em 1938 o cientista brasileiro Othon Henry Leonardos (engenheiro geógrafo) foi contratado pelo Estado brasileiro para fazer uma análise da navegabilidade do rio Tocantins e, além disso fazer levantamentos geológicos no estado de

Building the way

Goiás. (TAVARES, 2000).

O processo de exploração dos *fundos territoriais* teve claramente intenções políticas e econômicas por via estatal.

Um crescimento demográfico moderado, mas interrupto, permitiu tal combinação de adensamento e concentração nas áreas já ocupadas com o avanço da ocupação sobre os fundos territoriais ainda extensos. Ativas frentes pioneiras adentraram no último quartel do século passado nos espaços ainda pouco explorados do Centro-Oeste e da Amazônia (onde tal movimento prossegue até a atualidade) (MORAES, 2005 p.118).

O processo de exploração territorial exercido pela metrópole sobre a colônia provocou espacialmente uma distinção entre as regiões. Algumas foram incorporadas mais rapidamente na lógica incipiente da apropriação capitalista e outras foram deixadas como reservas para futuras explorações. Essas áreas mais afastadas do litoral isoladas pela intervenção capitalista metropolitana é que podemos denominar de *fundos territoriais*.

No período que antecedeu a formação do Estado brasileiro, todos os recursos retirados do território colonial eram levados para Portugal. A riqueza retirada foi quase toda encaminhada para a Metrópole para ser processada e garantir a base lucrativa da relação colonialista dos séculos XVII, XVIII e XIX. Por este motivo teve um grande aumento da intensificação da exploração na colônia.

O meio tropical por outro lado, obriga a busca de novos procedimentos e a identificação de novos produtos. Enfim, a diversidade de situações locais imperava exigindo certa plasticidade e certa inventividade dos agentes coloniais para lograr êxito em suas instalações. (MORAES ,2005, p.66)

A colonização teve como um dos seus processos fundantes a expansão territorial das metrópoles, assim tudo que estivesse no território colonial pertenceria ao Estado metropolitano. Nessa relação os principais tipos de recursos presentes eram: os naturais e os recursos humanos escravizados no comércio internacional.

Com este processo de exploração o Estado português construiu um meio para transportar as matérias primas até os portos, como as estradas e áreas de drenagens, pois todas as matérias primas produzidas eram exportadas por meio do transporte marítimo internacional.

A colonização é, antes de tudo, uma relação sociedade-espço. A relação de uma sociedade que se expande e os lugares onde se realiza tal expansão, num contexto no qual os “naturais” do lugar são concedidos como atributos do espaço, uma sorte de recursos naturais. (MORAES ,2005, P.68)

Nesse processo de expansão territorial o rei de Portugal tinha o controle de grande

Building the way

parte da exploração que ocorria na colônia. No século XIX, Portugal passava por “ameaças” de Napoleão Bonaparte, soberano do Império da França. O desejo de Napoleão era dominar toda a Europa. Como o seu grande exército estava derrotando e assumindo o poder em outros países da Europa, Portugal corria o risco de ser invadido, Sendo assim o rei reuniu toda a sua família e transferiu-a para o Brasil. Deste modo, Portugal ficou vulnerável com o desfalque do seu exército que também estava migrando para a colônia.

Em novembro de 1807 toda a família real e a corporação política embarcou com a proteção naval inglesa com destino a colônia. Com a chegada do rei Dom João na colônia, a mesma começou a receber os estímulos econômicos da corte, um evento histórico de grande envergadura foi a abertura dos portos para as nações amigas, que significou o princípio da intensificação comercial entre Portugal e outros países europeus.

A abertura dos portos foi um ato historicamente previsível, mas ao mesmo tempo impulsionado pelas circunstâncias do momento. Portugal estava ocupado por tropas francesas, e o comércio não podia ser feito através dele. Para a Coroa, era preferível legalizar o extenso contrabando existente entre a Colônia e a Inglaterra e receber os tributos devidos. (FAUSTO, 1996, p.76).

No século XIX ocorreu várias tentativas para alcançar a independência do Brasil. Com estas tentativas o conselho de Portugal enviou um exército para o Brasil, com o intuito de levar Dom Pedro e os ministros que viviam na colônia. As pessoas que não regressasse para Portugal seria considerado como inimigos.

Em 1824 foi criado o primeiro conselho do Estado brasileiro. Com a independência o Brasil precisava de novas leis, mas muitas delas foram retiradas e importadas de Portugal. Após 1831 Dom Pedro voltou para Portugal deixando seu filho no Brasil, porém não podia assumir o poder, sendo assim, o Brasil foi governado por regentes até 1840.

Na construção da identidade do Estado Imperial brasileiro, o Conselho de Estado assumiu um papel central. A instituição havia sido criada oficialmente logo após a Independência e confirmada pela Carta constitucional de 1824. Seguiu o modelo dos velhos conselhos áulicos europeus, com membros vitalícios, sofrendo a influência de uma prática político-administrativa tradicionalmente associada ao regime monárquico no velho continente. O primeiro Conselho atuou junto ao imperador Pedro I desde 1823, sobrevivendo à sua abdicação em 1831. Extinto no conjunto das medidas de caráter liberal presentes na reforma constitucional de 1834, foi restabelecido em 1841 como expressão dos esforços de reforma e pacificação do país e manutenção da ordem pública após os conturbados anos das regências. (MARTINS, 2006. p. 2).

Em 1840 Dom Pedro II assumiu o poder com 14 anos considerando então como

Building the way

um golpe da maior idade. Dentro do seu governo ocorreu várias revoluções e guerras, como guerra dos farrapos, guerra do Paraguai e revolução praieira. O governo de Dom Pedro durou 49 anos.

Nos meados do século XIX foi decretado a Lei Eusébio de Queiros que extinguiu o tráfico de escravos no Brasil. Também ocorreu a Lei do ventre livre que todos os filhos dos escravos que nasceram após a lei se tornariam livres. Em 1885 foi implantado o decreto da lei do Sexagenário, libertando os escravos que fizessem 65 anos de idade, mas com sua longa tarefa de serviços, poucos escravos que conseguiam chegar a esta idade.

Em 1889 veio criação da República e Marechal Deodoro da Fonseca assumiu a presidência, sendo que nos primeiros 5 anos da constituição da república o Brasil foi governado por militares, este período até 1930 foi considerado como República Velha.

Com a constituição da República as classes dominantes brasileiras precisavam de um discurso “científico” que promovesse a consciência de nação e, a própria conquista e manutenção do vasto território. A Geografia foi uma dessas ciências que contribuiu, mesmo antes da fundação do Estado brasileiro, a promover a integração, a unidade, a modernização e a verticalização da produção do espaço pelo viés capitalista. A partir da década de 1930 a ciência geográfica passou a fazer parte das principais instituições que tinham como objetivo a produção do espaço brasileiro: a produção cartográfica e técnico-científica sobre o território. O IHGG integrou o cabedal institucional que contribuiu efetivamente para colocar em prática os projetos do Estado, nesse caso voltado para as políticas territoriais do e no estado de Goiás.

Em 1930, Getúlio Vargas assume o poder da presidência do Brasil, sendo ele um dos grandes influenciadores para a modernização de todo o território. Vargas criou projetos para ferrovias e rodovias interligando o território brasileiro, sobretudo as áreas do interior.

Vargas criou um discurso para que o país seguisse o rumo da sendo que nos países da Europa já havia ocorrido desde o século XIX. O discurso criado, de um povo miscigenado seria uma população forte, e para que isto aconteça o país tem que ficar unido, este discurso tinha o intuito de acabar com as lutas internas e o país não se fragmentar.

Na formação do território brasileiro as redes ferroviárias tiveram uma grande influência para a integração entre as regiões brasileiras. Com essas redes, todos os produtos poderiam ser transportados para as regiões litorâneas, e ter uma facilidade de se comunicarem com o comércio internacional.

Building the way

As redes ferroviárias implantadas no Brasil cumpriram importantes papéis para o funcionamento do território, uma vez que se constituíram como principais meios de circulação de bens, produtos e pessoas na segunda metade do século XIX e primeiras décadas do século XX. Essas redes são consideradas como meios técnicos elementares para as relações entre diferentes regiões. (CASTILHO, 2012. p. 2)

Para saber onde iriam colocar estas redes foram feitas análises e projetos por meio da cartografia do território, para se saber as melhores coordenadas com terras mais férteis, geologia apropriada para se desenvolver diversos setores da economia. Nesse sentido, o sertão, ou as áreas do interior foram alvos de diversos projetos do Estado brasileiro.

O sertão esteve presente no imaginário do processo de formação territorial brasileira e também envolto nos projetos de Estado como foco para o processo de industrialização e modernização.

A formula regenerativa para a nacionalidade imperfeita vai buscar nos lugares de sertão a matéria prima para se fazer outro país. O palpite que lá nos interiores se guarda o substrato do Brasil ideal mostra-se com a construção de que além, muito longe daquelas alvas praias arenosas, existe um mundo ignoto mas cheio de excelências, e outra gente, não polida mas sobremaneira varonil, inculta, mas generosa, necessário está e imprescindível aquela à realidade brasileira. (VIDAL E SOUZA, 2015, p. 110).

O interior brasileiro foi o principal alvo do projeto de Estado instalado por Vargas denominado de Marcha para Oeste. O estado de Goiás experimentou a materialização de políticas territoriais no período Vargas no sentido de consolidar sua economia voltadas para um projeto de modernização agrícola o que foi proporcionado pelo aumento e consolidação das redes viárias em toda extensão longitudinal do território. O governador Ludovico Teixeira teve um papel importante no processo de expansão da agricultura no interior do estado de Goiás.

A discussão e inserção do estado de Goiás como parte integrante daquilo que a literatura específica da área denomina de *sertão* se faz necessária pois, percebe-se que as instituições criadas pelo Estado brasileiro após a República Velha foram primordiais para a retirada de Goiás da condição de “atraso” em relação ao poder central presente nas regiões a leste do território. O IHGG (Instituto Histórico e Geográfico de Goiás) apareceu com um ímpeto modernizador no mesmo momento de transferência da capital do estado da cidade de Goiás para Goiânia.

De acordo com dados obtidos sobre o IHGG, essa instituição servia diretamente para a promoção de saberes e conhecimentos científicos tanto geográficos como também

Building the way

historiográficos. Para além dessa função do IHGG, uma outra apareceu com ainda mais peso e mais força, sobretudo ao que diz respeito ao processo de formação territorial do Brasil e a criação de políticas territoriais voltadas para a exploração do subsolo do estado, com a finalidade de construção e projeção de um sistema de transporte e comunicação que deveria estar integrado com a malha viária nacional. Esse processo colocaria o estado de Goiás em plenas condições de competição dentro do mercado interno, bem como fortaleceria as condições ainda incipiente do mercado interno nacional.

Quadro 1: Os fundadores do IHGG – (Levantamento básico)

Nome do Intelectual	Formação	Instituição vinculada
Agnelo Fleury Curado	Farmácia	Lyceu de Goiás
Alcides Celso Ramos Jubé	Direito	Lyceu de Goiás
Colemar Natal e Silva	Direito	Faculdade de Direito de Goiás
Dário Délio Cardoso	Direito	Lyceu de Goiás
Francisco Ferreira dos Santos Azevedo	Engenheiro	Lyceu de Goiás
Joaquim Carvalho Ferreira	Direito	Lyceu de Goiás
Zoroastro Artiaga	Direito	Lyceu de Goiás / Faculdade de Direito de Goiás

Fonte: TAVARES, Giovana Galvão, 2000.

Quadro 2: Sessões Regionais e Nacionais do IHGG (Levantamentos adicionais)

Data	Temas Regionais	Temas Nacionais
25 de março de 1940	A conferência dividiu-se em duas partes, a primeira dizia respeito a uma apreciação de Goiânia e na segunda foi discutida a possibilidade de trazer os restos mortais de Henrique Silva	Riquezas do Brasil
26 de julho de 1940	Descobrimiento de Goiás	
10 de outubro de 1940		Comemoração do 4º centenário da Fundação da Companhia de Jesus
19 de novembro de 1940		Comemoração do aniversário de Getúlio Vargas
05 de agosto de 1941	Descobrimiento de Goiás	
18 de novembro de 1941	Contribuição do IHGG no Congresso de Brasilidade	Comemoração do primeiro decênio de Getúlio Vargas

Building the way

06 de maio de 1941	Discutir os direitos autorais da obra de Derval Alves de Castro 'Comarca do Rio das Pedras'	
08 de julho de 1941		Entrega do Diploma aos novos sócios: Getúlio Vargas, Carlos de Macedo Soares, Mário Augusto Teixeira de Freitas e General Emílio Fernando de Sousa Doca
07 de setembro de 1942	Entrega de diploma a Odorico Costa	
15 de dezembro de 1942	Homenagem ao professor e sócio do IHGG, Francisco Ferreira dos Santos Azevedo, falecido no mês de dezembro de 1942	
19 de abril de 1943	Conferência sobre os benefícios do governo Vargas no desenvolvimento de Goiânia	Homenagem a Getúlio Vargas
03 de agosto de 1943	Descobrimto de Goiás	
07 de setembro de 1943		Comemoração da Independência do Brasil
23 de outubro de 1943	Homenagem ao aniversário de Pedro Ludovico Teixeira	
11 de novembro de 1943		Programa do Congresso de Brasilidade: o Estado Nacional
18 de maio de 1944	Levantamento das coordenadas geográficas do Brasil em Goiás, discussão do limite territorial entre Goiás e Minas Gerais	
05 de julho de 1944	Comemorar a consagração da fundação de Goiânia	
26 de julho de 1944	Descobrimto de Goiás	
25 de agosto de 1944		Homenagem a Duque de Caxias
12 de outubro de 1944		Descobrimto da América
02 de dezembro de 1944		Conferência com Herique Gonzalez 'Cartas Chilenas'
31 de dezembro de 1944	Conferência sobre literatura em Goiás	
24 de fevereiro de 1945		Comemoração à Bandeira

Building the way

		Nacional
21 de março de 1945		Comemoração do Centenário de Barão do Rio Branco
21 de abril de 1945		Comemoração do Centenário de Barão do Rio Branco
21 de abril de 1945		Comemoração da Inconfidência Mineira
25 de abril de 1945		Comemoração do Centenário de Barão do Rio Branco
21 de maio de 1945	Comemoração da data de nascimento do escrito goiano Hugo de Carvalho Ramos e aniversário de morte de Henrique Silva	
21 de julho de 1945	Comemoração do Batismo Cultural de Goiânia	
15 de agosto de 1945	Discussão sobre a elaboração de um álbum dos goianos que participaram da 1ª Guerra Mundial	
25 de agosto de 1945		Comemoração a Duque de Caxias
28 de setembro de 1945	Homenagem a Félix de Bulhões	
15 de agosto de 1945	A fim de denunciar a degradação do monumento histórico da Cruz do Anhanguera na cidade de Goiás	
07 de setembro de 1945		Comemoração da Independência do Brasil
Total	19 Sessões	18 Sessões

Fonte: TAVARES, Giovana Galvão, 2000.

Considerações “iniciais”

A Geografia é uma das ciências humanas que trabalha com o conceito de sertão e suas aplicações. Sendo assim, tal conceito apresenta uma gama diversificada de análise e de compreensão diante dos diferentes campos científicos. Para a Geografia alguns autores são

Building the way

referências à promulgação e elaboração do sentido do conceito e da materialidade do que se configura como sertão, tais como Moraes (2000), Vidal (1997). O conceito de sertão não é colocado como um lugar delimitado (um local específico), mas como uma área que necessita de desenvolvimento econômico do tipo capitalista, ou seja, que não apresenta um pleno desenvolvimento industrial capitalista tal como as classes dominantes desejam e desejaram para tais áreas.

O sertão foi projetado pelo Estado com um interesse político de exploração de suas paisagens e de suas populações. Historicamente, desde o período colonial, a ocupação e a colonização mais intensiva, no Brasil, deram-se sobre o litoral e, ainda hoje, os principais centros produtivos concentram-se na região costeira.

Este tem sido um dos temas mais caros aos estudiosos da nação brasileira, desde que começamos a produzir análises sobre o que veio a se constituir como Brasil independente, em 1822. Muito antes de se instalarem as primeiras universidades no país, já se produziam discursos de ordem geográfica que buscavam compreender o espaço brasileiro e seus arranjos, ou a sua formação territorial. A Geografia dos Institutos Históricos e Geográficos apresentam tais características, ou seja, um discurso a partir de uma ciência não institucionalizada ou, pelo menos recentemente institucionalizada no Brasil no início da década de 1930.

Deve-se ter em consideração que o conceito de formação territorial transcende o de território em si, uma vez que se trata de um processo de ordem política, econômica e cultural com manifestações materiais concretas e específicas segundo as formações sociais envolvidas.

Nesse sentido, território e Estado aparecem amalgamados em sua elaboração histórica. Assim, há de se considerar como o interior – entendido em sua diversidade como vários sertões vem sendo pensado, analisado e ordenado pelas elites dirigentes do país e qual o papel cumprido pela “conquista desse oeste” dentro do processo de formação territorial na valoração e adequação aos moldes do pensamento hegemônico. De qualquer forma, há de se construir um discurso que veicule uma determinada ideia de “área” a ser transformada pela modernização técnica, em todas as suas dimensões materiais e ideais.

É nesse sentido que o conceito de sertão vai servindo para “qualificar porções que se quer apropriar dos fundos ainda existentes no território nacional em cada época considerada” e, o estado de Goiás no pós República Velha apresentava-se como uma dessas porções alijadas do processo capitalista “modernizador”. (Moraes, 2009, p.91).

Building the way

REFERÊNCIAS

MORAES, A.C.R. **Geografia Histórica do Brasil**: cinco ensaios, uma proposta e uma crítica. São Paulo: Annablume, 2009.

MORAES, A.C.R. **Território e História no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2005.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: espaço e tempo: razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 1995.

CASTILHO, Denis. **Modernização territorial e redes técnicas em Goiás**. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Estudos Sócioambientais da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **A valorização do espaço**. São Paulo: Hucitec, 2009.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Bases da formação territorial do Brasil**: o território colônial brasileiro no “longo” século XVI. São Paulo: Hucitec, 2000. 431 p.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Ideologias Geográficas**: Espaço, Cultura e Política no Brasil. São Paulo: Hucitec, 2005.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Território e História no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Annablume, 2005. 154 p.

TAVARES, Giovana Galvão. **A trajetória de uma “Casa do Saber”**: o Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (1930-1970). Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas – SP, 2000.